

Elites nacionais, elites mundiais

*Denise B. Gros**

A discussão sobre o papel das elites nacionais na definição dos rumos do desenvolvimento capitalista torna-se muito atual, na medida em que o processo de reestruturação da economia mundial poderá afetar diretamente a hegemonia dos Estados nacionais. Com sua tendência ao reordenamento dos blocos econômicos, à globalização dos mercados, à ampla utilização das novas tecnologias de informação e à predominância das políticas neoliberais, dentre outros fatores, esse processo traz consigo a idéia da supressão das fronteiras nacionais. As conseqüências seriam o enfraquecimento da capacidade regulatória dos Estados e, no limite, o aniquilamento das características próprias das sociedades nacionais. Como desdobramento, poder-se-ia prever uma diminuição do papel das elites nacionais, que dariam lugar à formação de elites mundiais, circulando livremente pelo mercado, desenraizadas de seus países de origem.

Os artigos desta coletânea tratam, dentre outras questões, dos desafios impostos às elites nacionais para estas garantirem espaços no processo de reestruturação mundial. Esses desafios parecem ser ainda maiores para os países latino-americanos. Nestes, a integração ao sistema mundial é dificultada pelas economias frágeis ou em crise e pelas características de suas sociedades, algumas ainda em pleno processo de redemocratização, e muitas já sofrendo o agravamento de seus conflitos devido aos efeitos das políticas neoliberais sobre sociedades historicamente marcadas pelas desigualdades e pela injustiça social. Esses desafios diferem enormemente daqueles enfrentados pelas elites dos países desenvolvidos, como se verá pelas análises sobre a França e a Alemanha.

* Socióloga, Técnica do Núcleo e Estudos Industriais da FEE.

Para compor esse panorama, organizou-se esta coletânea da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se a transcrição de uma conferência proferida por René Dreifuss sobre as grandes questões que se colocam no processo de reestruturação do sistema capitalista; seguem-se três entrevistas realizadas pelos organizadores desta coletânea com os Professores José Luis Fiori, Sebastião Velasco e Cruz e Francisco de Oliveira; na seqüência, estão os artigos sobre as elites de diferentes países. Os autores estrangeiros aqui incluídos são pesquisadores renomados nesse tema, mas ainda pouco conhecidos no Brasil. Quase todos os pesquisadores latino-americanos, assim como os brasileiros, são membros do Grupo de Estudos sobre o Empresariado do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e têm trabalhos publicados sobre as organizações empresariais e suas estratégias econômicas e políticas. Apresentam-se, assim, diferentes abordagens sobre as elites empresariais, econômicas e políticas da América Latina e um contraponto com as concepções de pesquisadores de dois países europeus.

René Dreifuss analisa os desafios impostos pela recomposição econômica e política do Mundo nos últimos 20 anos. Ao longo dessas décadas, segundo Dreifuss, fortaleceu-se o bloco dos países que compunham o eixo Norte-Norte — Estados Unidos, Canadá, Europa Ocidental, Japão, Austrália e Nova Zelândia — pela incorporação dos países recém-industrializados do Sudeste Asiático, da Rússia, dos países do Leste Europeu e de potências emergentes, como a China e a Índia. As nações desenvolvidas transformaram-se em economias geradoras de conhecimento avançado e em sociedades de comunicação eletrônica, enquanto se acentuaram as carências sociais e a desinformação nas sociedades do eixo Sul-Sul. O processo de integração internacional acentua as diferenciações econômicas, culturais e societárias. Os esforços para reduzir os particularismos estatais, considerados disfuncionais nessa nova etapa, são incompletos, na medida em que os interesses dos países do eixo Norte-Norte continuam em vigor e definem o rumo desse processo. Para Dreifuss, o estabelecimento de uma nova política planetária governamental que superasse a competição por zonas de influência e fatias de poder continental exigiria a redefinição das funções de órgãos internacionais e a reformulação das regras das relações internacionais.

As questões polêmicas sobre o processo de globalização foram também a tônica do comentário de José Luis Fiori. A partir de uma análise das tendências políticas do processo de globalização, Fiori aponta um elemento complicador nesse processo: a incompatibilidade entre os projetos econômicos imperiais de três Estados nacionais — Estados Unidos, Alemanha e Japão. Além disso, Fiori

identifica um vazio de poder mundial, uma vez que nenhuma das grandes potências, ou mesmo as organizações multilaterais, detém a hegemonia do processo. Para o autor, estaria surgindo uma nova força que transcende os Estados nacionais: as corporações multinacionais e as elites financeiras e tecnológicas que as dirigem. Fiori analisa ainda os efeitos destrutivos que a adesão ao neoliberalismo trará à periferia capitalista, como a recessão e o desemprego no plano econômico e a desorganização dos movimentos sindicais e sociais no plano político.

Já Sebastião Velasco e Cruz questiona a utilização do termo “globalização”. Para o autor, da forma como vem sendo usado, o termo descreve uma nova configuração da economia mundial, na qual se anulam as fronteiras entre as economias nacionais, os Estados perdem sua razão de ser, e as empresas tornam-se globais. Cruz refuta essa concepção, atribuindo ao termo globalização o poder de mistificar a realidade das velhas relações de poder entre os Estados e isentar os governos de responsabilidades pelas políticas impopulares que adotam. Ele prefere utilizar o termo “reestruturação da economia mundial”, da qual a globalização é uma das tendências contraditórias. Cruz questiona também a utilização do termo “elites empresariais” e a expectativa de que tenham um papel importante na definição de estratégias de desenvolvimento e projetos nacionais. Para ele, os empresários falam sempre em nome de interesses particulares, mesmo quando se manifestam através de associações de classe. A definição de estratégias de desenvolvimento seria tarefa de outros agentes sociais, como intelectuais, políticos e tecnocratas.

O ceticismo quanto à participação das elites empresariais na definição de um projeto de desenvolvimento mais justo também permeia as considerações apresentadas na entrevista com Francisco de Oliveira. Ao rejeitar a utilização do termo “elite”, Oliveira propõe o conceito de classe social e o termo clássico de burguesia como mais apropriados para analisar os processos que se passam sob a hegemonia de uma certa fração da sociedade. Oliveira brinda-nos com uma análise política incisiva no que se refere à situação da burguesia brasileira e à sua relação depredadora com o Estado, cuja falência financeira dificultará ainda mais a inserção da burguesia no processo de globalização. Analisa também o estágio da luta de classes no País, centrada na descartabilidade da classe trabalhadora como estratégia política do capital. Oliveira destaca também a pouca tradição democrática da burguesia brasileira e as dificuldades enfrentadas pela população frente às políticas sociais restritivas promovidas pelo receituário neoliberal.

O primeiro artigo da coletânea traz uma abordagem menos pessimista da atuação política das elites empresariais brasileiras nas últimas décadas. A partir de um balanço histórico da forma que assumiram as relações entre o empresariado e o Estado no Brasil desde os anos 30, Eli Diniz reconstituiu a montagem do sistema de intermediação de interesses de base corporativa, que impôs a organização de empresários e trabalhadores em sindicatos e federações submetidos ao controle estatal. Nessa reconstituição, a autora demonstra como a tutela estatal foi mais rígida sobre os trabalhadores e como os empresários se beneficiaram do acesso direto às agências governamentais, em especial durante os regimes militares. Nos anos 70, os empresários ampliaram mais esse acesso e suas possibilidades de barganha política mediante a utilização de associações setoriais, mais ágeis e dinâmicas por não se submeterem ao controle estatal. Na Nova República, a resistência dos empresários à concessão de maiores direitos aos trabalhadores no Congresso Constituinte demonstrou, segundo Eli Diniz, que, apesar da modernização econômica ocorrida nas últimas décadas, o empresariado brasileiro ainda apresenta limitações para assumir a liderança no processo de instauração de um novo modelo econômico que permita maior liberdade de ação sindical. Apesar disso, a autora identifica no surgimento das Câmaras Setoriais uma experiência inovadora, por permitir formas negociadas de administração de conflitos e instalar um padrão tripartite de barganha, incorporando, finalmente, os trabalhadores às negociações antes restritas aos empresários e ao Estado.

A importância das associações setoriais na ampliação da capacidade de influência dos empresários nas definições políticas e econômicas é demonstrada por Ary Minella em sua análise das associações do setor financeiro. Seu artigo parte da constatação de mudanças significativas no sistema financeiro brasileiro, nas últimas décadas, em especial a expansão dos grandes grupos financeiros para diversos setores da economia, inclusive com a participação de capitais internacionais, e a proliferação de novas associações para representarem os interesses dos diferentes segmentos que compõem o setor financeiro. Nesse contexto, Ary Minella analisa a vinculação entre os empresários que compõem as diretorias das principais entidades empresariais do setor, dos grupos financeiros e dos organismos estatais de definição da política econômico-financeira (Ministérios, Conselho Monetário Nacional, Banco Central e bancos estatais). A pesquisa nas entidades empresariais inclui a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), a Federação Nacional de Bancos (FENABAN), a Associação Nacional das Instituições do Mercado

Aberto (ANDIMA), a Associação Nacional de Corretoras de Valores, Câmbios e Mercadorias (ANCOR), a Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI), a Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos (ABBC), a Associação Brasileira das Empresas de *Leasing* (ABEL) e a Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI) e demonstra o enorme potencial de ação das elites financeiras no País.

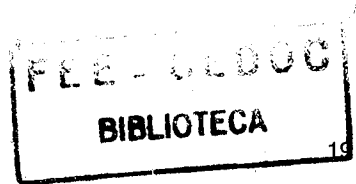
Vinculações entre interesses financeiros e industriais também são identificadas por Jorge Schvarzer em seu artigo sobre a União Industrial Argentina. Fundada no final do século passado, a entidade ocupa até hoje lugar de destaque entre as organizações mais poderosas do empresariado argentino, embora, para o autor, não represente o tipo de dirigentes que os desafios atuais da indústria argentina exigem. Schvarzer realiza uma análise da organização interna da entidade, de seus dirigentes e dos posicionamentos e mostra que, durante toda a sua existência, a União Industrial Argentina manteve uma continuidade e uma inércia surpreendentes face às mudanças econômicas e políticas do país. Essa continuidade se deve, segundo Schvarzer, à composição das diretorias da entidade, cujos cargos sempre foram ocupados por grandes empresários, que mantinham vinculações com os setores tradicionais das classes dominantes locais e tinham interesses econômicos diversificados, inclusive no setor financeiro. Esses empresários usaram o poder político e econômico da entidade para valorizar seus patrimônios individuais, sem grande preocupação em beneficiar ou estimular o desenvolvimento industrial do país.

Situação muito diferente é a da elite empresarial mexicana, que parece atribuir grande importância às possibilidades de ação política através de suas organizações. Ricardo Tirado apresenta uma retrospectiva da história dos empresários como atores políticos no México e detém-se na análise do Conselho Coordenador Empresarial, entidade de cúpula criada em 1975 para coordenar as organizações nacionais representativas da indústria, do comércio, da agropecuária, dos seguros, dos bancos, etc. Sua abordagem leva em conta as características pessoais dos dirigentes da entidade — região de origem, família, estudos, posição na própria empresa e relação com partidos políticos —, para explicar as ações dessa organização. Tirado conclui que as posições defendidas pelo Conselho refletem principalmente os interesses da elite empresarial. Apesar de ser em menor número em relação aos pequenos e médios empresários, a elite consegue controlar a metade dos votos dos órgãos de direção da entidade e, assim, definir os seus rumos e influenciar a definição da política econômica do país.

As transformações na economia mexicana são o pano de fundo para a análise da configuração da atual liderança das grandes empresas industriais privadas do país realizada por Celso Garrido. Dentre elas, são analisadas: as reformas estruturais promovidas pelo Estado mexicano a partir de 1983, no sentido de tornar a economia mais aberta; as mudanças na participação dos setores no Produto nacional decorrentes das alterações no padrão de produção e de comércio exterior; e as alterações na situação das grandes empresas industriais, em especial a formação de poderosos conglomerados empresariais privados. Garrido analisa como as grandes empresas industriais conquistaram um espaço importante no panorama nacional, mas aponta também os desafios que colocam à continuidade desse processo, problemas como os desequilíbrios macroeconômicos, a queda no emprego e nos salários e o incremento da polarização social no país.

Também no Chile as transformações estruturais na economia provocaram mudanças na configuração dos grupos econômicos e do empresariado. Cecília Montero analisa as mudanças provocadas na composição interna e no perfil do empresariado chileno a partir das políticas de estabilização iniciadas nos anos 70, a abertura comercial e as privatizações. Montero indica mudanças no tamanho das empresas com o surgimento de pequenos e médios empreendimentos; uma polarização no que se refere aos níveis tecnológicos e de produtividade, à qualificação da mão-de-obra e aos métodos de gestão; bem como uma reestruturação na composição interna do empresariado. Surgem novos grupos econômicos, menores, porém mais dinâmicos, vinculados a áreas emergentes, como a fruticultura para exportação, os seguros e fundos de pensão, dentre outros. Com os novos grupos, surge um novo tipo de empresários, dos quais Cecília Montero traça um acurado perfil sociológico. Investigando suas origens e trajetórias individuais, a autora define-os como profissionais de classe média, que souberam aproveitar suas qualificações pessoais e as oportunidades apresentadas pela conjuntura. A identidade social desses novos empresários é definida pela criatividade e pela abertura para o mundo, demonstrando maior preocupação com o mercado do que com o produto e o funcionamento da empresa.

As potencialidades do Mercosul como cenário para investimentos dos capitais regionais são analisadas por Luis Stolovitch e Martin Buxedas. Os autores investigam os tipos e magnitudes de investimentos e acordos empresariais que vêm sendo realizados na região. Mostram como a maior parte dos investimentos externos têm sido atraídos por decisões políticas, como a



conversão das dívidas e as privatizações. Indicam também o surgimento de empreendimentos intra-regionais de natureza comercial, produtiva e financeira, o que demonstra que o horizonte regional começa a fazer parte das estratégias empresariais.

Embora não trate de questões específicas da elite peruana, como já fez em outros trabalhos, Francisco Durand apresenta aqui elementos importantes para se entender a ameaça de “fujimorização” que paira sobre os países latino-americanos. Sua análise lança luzes sobre a realidade extremamente complexa da sociedade peruana. O artigo aborda o comportamento eleitoral das diferentes classes sociais em Lima, nos últimos 15 anos. Nesse período, o Peru passou por uma transição política, com o retorno à democracia, e encaminhou-se na direção do liberalismo econômico ortodoxo. Essas mudanças ocorreram num contexto de grave crise econômica, violência social e reestruturação do sistema político partidário, com o surgimento de novas formas de representação política, personalistas e pragmáticas. Utilizando o conceito de governabilidade carismática, Duran explica o sucesso eleitoral de Fujimori justamente por reunir carisma e condições suficientes para conseguir estabelecer a ordem e a governabilidade num país desorganizado pela crise econômica, política e social. Duran analisa, ainda, como Fujimori, um homem do povo e de origem estrangeira, obteve o apoio até mesmo da elite peruana, que reconheceu nele a capacidade de manter a ordem, ainda que à custa da democracia.

Finalmente, como contraponto à dura realidade latino-americana, apresentam-se as análises dos pesquisadores europeus, preocupados com questões de outra natureza. O artigo de Claude Courlet demonstra como os empresários de uma região da França se organizam para fazer frente aos desafios da reestruturação capitalista. Já os artigos de Meinhard Miegel e Hans-Jochen Vogel, autores alemães, discutem o papel de destaque e a responsabilidade que as elites assumem na solução dos problemas das sociedades avançadas.

As mudanças nas estratégias empresariais na França são analisadas por Courlet mediante uma pesquisa sobre a reconversão industrial de uma região da França. Sua hipótese central é a de que a empresa não existe só, mas é resultado também das relações com o seu território e com as instituições locais. Seu artigo mostra como a região da Savóia, originalmente estruturada em torno de grandes empresas de indústria pesada, se transformou, com a crise capitalista dos anos 70, numa região de pequenas e médias empresas adaptáveis à reconversão e à inúmeras tecnologias (máquinas especiais, aparelhagem de

precisão, ótica, construção elétrica, microeletrônica, etc.). Nessa reconversão, foram fundamentais a valorização do conhecimento acumulado; a abertura para as exportações; as relações de complementaridade e de trocas e de cooperação técnica e comercial entre as empresas; bem como a ação articulada entre entidades empresariais e os organismos públicos da região.

As preocupações dos pesquisadores alemães sobre o papel das elites refletem a importância que eles atribuem à sua liderança frente ao desenvolvimento da Europa unificada. Meinhard Miegel faz uma reflexão teórica sobre as elites, para destacar a sua importância nas sociedades plurais. Sua análise distingue três tipos de elite. A elite de origem é constituída de pessoas cujos ancestrais deixaram um patrimônio ou um nome. A elite de posição — ministros, diretores universitários, políticos — reúne pessoas cuja posição de destaque, advinda de cargos que ocupam na sociedade, é mais importante do que seus atributos individuais. A elite do trabalho, por sua vez, é constituída por indivíduos que se destacam pela originalidade, pela criatividade, pela individualidade, pela iniciativa e pela capacidade de propor soluções que superem os modelos existentes, soluções inovadoras em quaisquer áreas de atuação. Ela tem reduzida visibilidade porque está em toda parte: entre a elite de posição, mas também entre filósofos, escritores, artistas cientistas, etc. A elite do trabalho tem como desafio maior encontrar alternativas que superem as crises econômicas, sociais e ambientais dos países industrializados.

A importância do papel das elites na proposta de soluções para os desafios enfrentados pela sociedade alemã atual também é destacada no artigo de Hans Jochen Vogel. Mediante uma discussão sobre o conceito de elite, Vogel considera que, historicamente, esse conceito tem uma carga negativa, por estar associado a privilégios vinculados a propriedades, ordenamentos aristocráticos, etc. Entretanto, nas sociedades pluralistas, as elites existem em todas as áreas — política, economia, ciências, artes, cultura, associações de classe, mídia e atividades eclesiais. Vogel afirma que a democracia não pode funcionar sem elites, porém não quaisquer elites, mas, sim, aquelas que respondam às exigências de determinada sociedade. Essas exigências seriam criatividade, capacidade e disposição para o trabalho, iniciativa nas decisões, habilidade de persuasão, responsabilidade, credibilidade mantida pelo exemplo próprio e respeito ao controle democrático. Com essa perspectiva teórica, o autor tece ainda considerações sobre a situação atual da Alemanha, complicada pela incorporação dos novos estados na Federação e pela conseqüente necessidade de substituir a elite não democrática da ex-Alemanha Oriental. Segundo

Vogel, esse é o desafio interno que a elite alemã tem de enfrentar. O desafio externo seria o de auxiliar na unificação da Europa, na estabilização do Leste Europeu e, também, na solução dos problemas que se colocam para a sobrevivência ecológica, econômica e social da humanidade.

Como se poderá perceber pela leitura dos textos apresentados a seguir, a diversidade de enfoques, abrangências e ênfases é muito grande. Acredita-se ser essa a riqueza da coletânea. Sugerido como provocação, o tema **Elites nacionais, elites mundiais** foi interpretado de forma diferente por parte de cada um dos autores convidados. O resultado foi uma coleção heterogênea de abordagens que tentam dar conta da inquietante realidade do momento em que vivemos e que refletem as diferenças entre os problemas enfrentados pelas sociedades latino-americanas e européias.